

7. PROPOSTA - TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS EM DIVERSOS DOMÍNIOS DE ATUAÇÃO DO ESTADO:

Submete-se à consideração do Executivo Municipal proposta relativa a transferência de competências, nos termos da mesma.

**PROCESSO DE DESCENTRALIZAÇÃO - TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS EM DIVERSOS
DOMÍNIOS DE ATUAÇÃO DO ESTADO – PRONÚNCIA.**

1. No passado dia 17 de agosto entrou em vigor a Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, que aprovou a **Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais**.
2. O art.º 4º desta Lei-quadro, sob a epígrafe Concretização da transferência das competências, determina, no seu n.º 1, que *"A transferência das novas competências, a identificação da respetiva natureza e a forma de afetação dos respetivos recursos são concretizadas através de diplomas legais de âmbito setorial relativos às diversas áreas a descentralizar da administração direta e indireta do Estado, os quais estabelecem disposições transitórias adequadas à gestão do procedimento de transferência em causa."*
3. Na sequência das várias informações prestadas pelos serviços municipais no âmbito dos diplomas setoriais publicados em novembro de 2018 e em janeiro de 2019, a Assembleia Municipal, nas sessões de 25 de janeiro, 22 de fevereiro e 24 de abril, todas de 2019, deliberou não aceitar as competências constantes daqueles diplomas legais.
4. Nos termos da alínea b) do n.º 2 do art.º 4.º da referida lei n.º 50/2018, os municípios que não pretendam a transferência das competências previstas naqueles diplomas para o ano de 2020 devem deliberar nesse sentido na respetiva assembleia municipal e comunicar à Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL) até 30 de junho de 2019.
5. Tendo em consideração que na essência se mantêm os pressupostos fácticos que levaram àquelas deliberações no **ano de 2020**.
6. Constatando-se, de uma forma global, que todos os diplomas legais terão uma significativa interferência nos respetivos serviços. Na verdade, estas novas competências terão um forte impacto organizacional, designadamente de natureza funcional e financeira – reclamando o reforço de recursos humanos e técnicos - visto que obrigará, entre outros, a estudar e definir novos procedimentos, criar e alterar regulamentos municipais (incluindo novas taxas) e disponibilizar recursos tecnológicos necessários à execução dos novos serviços.
7. E ainda que que a insuficiência de elementos ou informação nesta matéria não permite, com o mínimo de rigor, avaliar o real impacto que o processo irá provocar, quer nos serviços municipais,

quer ao nível dos recursos, humanos, financeiros e patrimoniais, não estando, por isso, reunidas as condições para uma decisão de assunção de todas as competências já com efeitos a 2020.

8. E que seria, assim, crucial desenvolver um estudo detalhado que permitisse identificar os impactos mais relevantes que o processo vai implicar, sobretudo no que respeita aos compromissos futuros decorrentes de recursos financeiros e patrimoniais, tendo em atenção as eventuais alterações a introduzir na atual estrutura orgânica municipal;

9. Quanto ao Decreto-Lei nº 58/2019 – Transporte de passageiros regular em vias navegáveis interiores e transporte turístico de passageiros em vias navegáveis interiores - embora o Concelho de Braga aparente não dispor, atualmente, de vias navegáveis interiores às quais possa ser aplicado o disposto neste diploma legal, tendo em consideração as normas do art.º 2.º e as definições constantes do seu art.º 3º, entende-se que o Município se deve pronunciar pela não-aceitação desta competência, em 2019 e em 2020.

10. Em conformidade, e considerando:

- Que as novas competências terão um forte impacto organizacional, designadamente de natureza funcional e financeira, implicando também o reforço de recursos humanos e técnicos com provável alteração do mapa de pessoal, cuja dimensão não é possível de determinar nesta fase;
- Que o Orçamento de Estado de 2019, aprovado pela Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, não consagrou o Fundo de Financiamento da Descentralização, conforme preveem os artigos 30.º-A e 80º-B do regime financeiro das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, alterada pela 51/2018, de 16 de agosto, não se conhecendo, portanto, quais os recursos que a Administração Central pretende afetar nesta matéria, pelo que se desconhece o que ocorrerá no âmbito do Orçamento de Estado de 2020;
- Que é importante que, durante o ano de 2020, seja recolhida informação de modo a preparar convenientemente os serviços municipais, uma vez que em 2021 estas competências são transferidas para os municípios com caráter obrigatório.

11. Conclui-se que não se encontram reunidas as condições para ser tomada uma decisão de aceitação das novas competências já com efeitos em 2020, uma vez que é necessário conhecer o impacto que essas competências irão provocar nos serviços, que sempre implicará um processo prévio de preparação e organização da estrutura funcional, bem como uma maior informação sobre a concretização desta transferência que não é possível obter no curto espaço de tempo concedido.

12. Nestes termos, propõe-se:

- a) Que a Câmara Municipal delibere submeter à Assembleia Municipal que o Município de Braga **não pretende a transferência, no ano de 2020**, das competências previstas no **Decreto-Lei nº 58/2019** – Transporte de passageiros regular em vias navegáveis interiores e transporte turístico de passageiros em vias navegáveis interiores.
- b) Que a Câmara Municipal delibere submeter à Assembleia Municipal que o Município de Braga **não pretende a transferência, no ano de 2020**, das competências constantes dos seguintes diplomas legais:
- **Decreto-Lei nº 97/2018, de 27 de novembro:** transferência de competências no domínio das praias marítimas, fluviais e lacustres;
 - **Decreto-Lei nº 98/2018, de 27 de novembro:** transferência de competências no domínio da autorização da exploração das modalidades afins de jogos de fortuna e azar e outras formas de jogo;
 - **Decreto-Lei nº 100/2018, de 28 de novembro** - Concretiza o quadro de transferência de para os órgãos municipais no domínio das vias de comunicação;
 - **Decreto-Lei nº 101/ 2018, de 29 de novembro** - transferência de competências no domínio da justiça;
 - **Decreto-Lei nº 103/2018 de 29 de novembro** - transferência de competências no domínio do apoio aos bombeiros voluntários;
 - **Decreto-Lei nº 104/2018 de 29 de novembro** - transferência de competências no domínio das estruturas de atendimento ao cidadão;
 - **Decreto-Lei nº 105/2018 de 29 de novembro** - transferência de competências no domínio da habitação;
 - **Decreto-Lei nº 106/2018, de 29 de novembro** - transferência de competências no domínio da gestão do património imobiliário público;
 - **Decreto-Lei nº 107/2018, de 29 de novembro** - transferência de competências no domínio do estacionamento público.
 - **Decreto-Lei nº 20/2019, de 30 de janeiro** - concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio de proteção e saúde animal e de segurança dos alimentos.
 - **Decreto-Lei nº 21/2019, de 30 de janeiro** - concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio da educação;
 - **Decreto-Lei nº 22/2019, de 30 de janeiro** - transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da cultura;
 - **Decreto-Lei nº 23/2019, de 30 de janeiro** - concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da saúde

13. No que respeita às **transferências de competências para as entidades intermunicipais**, e atendendo a que, nos termos dos diplomas setoriais que concretizam as mesmas transferências, o exercício das competências transferidas depende de prévio acordo de todos os municípios que as integram, cuja aprovação compete ao órgão deliberativo de cada município, propõe-se, pelas mesmas razões invocadas supra, que não seja dado o acordo para o exercício das novas

competências pela Comunidade Intermunicipal relativamente às competências constantes dos seguintes diplomas:

- **Decreto-Lei n.º 99/2018, de 28 de novembro** - transferência de competências no domínio da promoção turística;
- **Decreto-Lei n.º 101/ 2018, de 29 de novembro** - transferência de competências no domínio da justiça;
- **Decreto-Lei n.º 102/2018, de 29 de novembro** - transferência de competências no domínio de projetos financiados por fundos europeus e dos programas de captação de investimentos;
- **Decreto-Lei n.º 103/2018 de 29 de novembro** - transferência de competências no domínio do apoio aos bombeiros voluntários.
- **Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro** - concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio da educação;
- **Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro** - concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da saúde.

Câmara Municipal de Braga
O Presidente da Câmara

